

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.496 - PR (2019/0273060-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**RECORRENTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**RECORRIDO** : **JUAREZ GOMES DO AMARAL JUNIOR**  
**ADVOGADO** : **MÁRCIA CRISTINA JONSON - PR024816**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS CONSUMADO E TENTADO EM CONCURSO FORMAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 74, § 1º; 413, *CAPUT* 74, § 1º; 381, III; 619 E 620, TODOS DO CPP. DECISÃO DE PRONÚNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. MOTIVO TORPE, EM DECORRÊNCIA DE VINGANÇA. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA.

Recurso especial provido nos termos do dispositivo.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Ministério Público do Paraná**, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local no Recurso em Sentido Estrito n. 0001075-37.2012.8.16.0033, em que foi afastada a qualificadora do motivo torpe (fls. 1.164/1.175):

PRONÚNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2.º, INCISOS I E IV, CP) E TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2.º, INCISOS I E IV, C.C. O ART. 14, INC. II, AMBOS DO CP). RECURSO DA DEFESA. 1) DESPRONÚNCIA. INVIABILIDADE. INDÍCIOS SUFICIENTES DE QUE O RECORRENTE PARTICIPOU DOS DELITOS QUE LHE FORAM IMPUTADOS. 2) EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS. PARCIAL ACOLHIMENTO. MOTIVO TORPE MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. EXISTÊNCIA, POR OUTRO LADO, DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE QUE O ACUSADO AGIU DE INOPINO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Pronúncia é decisão que consubstancia juízo de probabilidade – e não de certeza – quanto à existência de crime doloso contra a vida, bem assim de indícios de autoria ou participação.

Tal decisão não vincula o Tribunal do Júri, que detém competência constitucional para examinar, com amplitude, todas as circunstâncias narradas na denúncia.

2. Torpe – na doutrina e jurisprudência – é o motivo ignóbil, indigno, repugnante, abjeto, vil ao extremo, a merecer o máximo desprezo, revelador de baixa moral e de intuito facinoroso perverso, que mais vivamente ofende a moralidade média.

3. “A vingança, por si só, não substantiva o motivo torpe; a sua afirmativa, contudo, não basta para elidir a imputação de torpeza do motivo do crime, que há de ser aferida à luz do contexto do fato” (HC 83.309/MS,

# Superior Tribunal de Justiça

1.<sup>a</sup> Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 06.02.2004 – citado pelo Min. FELIX FISCHER, no HC 126.884/DF).

4. Para o Tribunal, desde logo, expungir da pronúncia a qualificadora, necessária prova cabal da sua inexistência ou manifesta inocorrência.

5. Motivo torpe que não se perfaz, na hipótese sob exame.

Opostos embargos de declaração pelo recorrente (fls. 1.191/1.200), esses foram rejeitados (fls. 1.207/1.212):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGADA CONTRADIÇÃO E OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. INOCORRÊNCIA. MERO INCONFORMISMO COM A SOLUÇÃO ADOTADA NO JULGADO. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

Inexistente qualquer contradição ou omissão, desnecessária a integração do julgado, por meio de embargos declaratórios.

O recurso especial aponta a negativa de vigência dos arts. 74, § 1º; 413, *caput*, § 1º; 381, III; 619 e 620, todos do Código de Processo Penal, pugnando, no mérito, pela tese da inidoneidade do Tribunal de Justiça ao excluir da pronúncia a qualificadora do motivo torpe.

Preliminarmente, argumenta o recorrente que *os embargos de declaração foram opostos pelo Ministério Público do Paraná porque o acórdão principal revelou-se omissivo no enfrentamento de questão jurídica relevante relativa à sistemática que rege os julgamentos perante o Tribunal do Júri, bem como contraditório, visto que reconheceu que a análise de eventual torpeza incumbe ao Conselho de Sentença, mas em seguida entendeu pela exclusão da qualificadora em questão. [...] Inobstante os argumentos trazidos pelo órgão ministerial nos embargos declaratórios, a d. Câmara Criminal local permaneceu silente sobre as questões jurídicas apontadas, proferindo, em verdade, decisão genérica* (fl. 1.244).

Reforça, no ponto, que *os aclaratórios objetivavam que, uma vez supridas a contradição e omissão contidas no acórdão principal, as indagações trazidas à baila fossem objeto de análise por parte da Corte Estadual, o que, conforme a transcrição do acórdão complementar acima, não foi feito pela Corte Estadual, eis que limitou-se a repetir a mesma argumentação presente no acórdão principal, rejeitando, por fim, os aclaratórios. [...] Desta feita, tendo em vista que os vícios do acórdão principal (e do*

*complementar) não foram objeto de saneamento pelo Tribunal a quo, requer-se, em reconhecimento o vícios apontado, que C. STJ ingresse na análise do mérito de fundo (haja vista a partir da vigência do artigo 1.025 do Código de Processo Civil, não é preciso que este C. STJ remeta os autos à Corte estadual determinando o enfrentamento do mérito). Com isso, pede-se o reconhecimento de que não houve fundamentação adequada à questão levantada em sede de embargos, expressamente delineada no presente tópico, com violação dos artigos 381, inciso III, 619 e 620, todos do Código de Processo Penal, com imediata apreciação do mérito de fundo (fls. 1.251/1.252).*

*Aduz o recorrente, por fim, que, em que pese o reconhecimento pela douta la Câmara Criminal do TJPR da existência de indícios hábeis a subsidiar a decisão de pronúncia prolatada no tocante à qualificadora em comento, incumbe ao Tribunal do Júri (fl. 803).*

*Ressalta que, existindo elementos mínimos no sentido da presença da qualificadora - como se pode verificar, na espécie, da análise dos fatos tidos como provados pelo TJPR -, é de rigor que a questão seja submetida a julgamento pelo Plenário do Tribunal do Júri, conforme jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça a competência para valorar e decidir acerca dos fatos que estão a demonstrar o homicídio e suas qualificadoras - o que demanda certo comedimento do juiz pronunciante (e da instância revisora), sob pena de usurpar competência constitucional do Júri (fls. 1.252/1.253).*

*Assevera que havendo indícios (os quais restaram reconhecidos pelo acórdão recorrido) da presença da qualificadora prevista no art. 121, § 2º, inciso I, do Código Penal, a interpretação correta do art. 413, caput e § 1º, do Código de Processo Penal, autoriza e demanda a pronúncia do acusado também por esta qualificadora, a fim de que fosse submetida a julgamento por seu juízo legal, qual seja, o Tribunal do Júri (art. 74, § 1º, do Código de Processo Penal). [...] E, como se verifica, o Acórdão recorrido fundamentou a exclusão da qualificadora do motivo torpe com base no argumento de que "Neste caso, à luz da moralidade média, não se poderá admitir que a*

*motivação de JUAREZ foi abjeta ou imoral, repugnante, ignóbil. O gesto homicida merece repulsa, no seu tipo fundamental, sem se revestir de torpeza, que o qualificaria, exacerbando-lhe a pena.." [...] Vale dizer, a douta Câmara Criminal, embora tendo admitido a existência de indícios suficientes para a acusação principal, acabou, sem justa causa, excluindo a qualificadora do motivo torpe, quando ao Conselho de Sentença Tribunal do Júri caberia decidir sobre essa qualificação, à luz do embate dialético argumentativo das partes. Daí a contrariedade aos arts. 74, § 1º, e 413, caput e § 1º, do Código de Processo Penal (fl. 1.256).*

Pede o recorrente o conhecimento e o provimento do recurso especial a fim de que seja reformado o combatido acórdão no sentido do restabelecimento da qualificadora do motivo torpe na pronúncia.

Oferecidas contrarrazões (fls. 1.270/1.274), o recurso especial foi admitido na origem (fls. 1.277/1.279).

O Ministério Público Federal opina pelo provimento da insurgência (fls. 1.296/1.302):

PENAL e PROCESSUAL PENAL. Recurso especial. Homicídios qualificados, consumado e tentado (art. 121, § 2º, I e IV e art. 121, § 2º, I e IV c.c. art. 14, II, todos do CP). Pronúncia. Exclusão da qualificadora do motivo torpe (vingança), por meio de RESE. Aferição da torpeza por critério subjetivo. Competência do Tribunal do Júri. Provimento do recurso especial.

É o relatório.

Extrai-se do voto condutor do acórdão da apelação as razões apresentadas pelo Tribunal paranaense para a desconsideração da qualificadora do motivo torpe (fls. 1.173/1.174 – grifo nosso):

[...]

**A pretensão de exclusão da qualificadora do motivo torpe, entretanto, merece prosperar.**

Doutrina e jurisprudência entendem que *motivo torpe* é o motivo ignóbil, indigno, motivo torpe repugnante, abjeto, vil ao extremo, a merecer o máximo desprezo, revelador de baixa moral e de intuito facinoroso perverso, que mais vivamente ofende a moralidade média. Os dicionários registram – *nauseabundo, sórdido, desprezível, infame, depravado, imundo, asqueroso, nojento como sinônimos de torpe.*

Assim, evidentemente *torpe* é a motivação do padrasto, que mata a filha de criação, torpe menor, porque esta se recusou a manter com ele relações sexuais (RJTJRGs 128/72).

Decidiu o TJRS que *“a vingança, salvo quando decorrer de motivo evidentemente ignóbil, abjeto, não poderá caracterizar, tão-só ela, a qualificadora do motivo torpe, eis que não se insere, a vingança, na sinonímia de torpeza”* (RJTJRGs 137/81).

A *vingança* também pode perfazer o figurino da *torpeza* quando, por exemplo, o autor do crime mata comparsa, para não dividir com este o produto do roubo.

Ainda: *“A vingança pode, dado as circunstâncias, constituir motivo torpe. Não se configura, porém, quando a agressão não é premeditada e precede a discussão, revelando, assim, situação psicológica incompatível com aquele estado de ânimo”* (RJTJRGs 152/92).

Noutra ocasião, todavia, ao examinar a motivação do homicídio por vingança – em jogo de futebol, um dos atletas caiu sobre o braço de outro, fraturando-o. O pai da vítima, em reação absolutamente desproporcionada, matou a tiros o involuntário causado da fratura – e a Corte rotulou *torpe* de a motivação desse crime (RJTJRGs 147/105).

O Superior Tribunal de Justiça, pela abalizada pena do Ministro *FELIX FISCHER*, assim decidiu: *“(…) III - A verificação se a vingança constitui ou não motivo torpe deve ser feita com base nas peculiaridades de cada caso concreto, de modo que, não se pode estabelecer, um juízo a priori seja positivo ou negativo. Conforme ressaltou o Pretório Excelso: a vingança, por si só, não substantiva o motivo torpe; a sua afirmativa, contudo, não basta para elidir a imputação de torpeza do motivo do crime, que há de ser aferida à luz do contexto do fato”* (HC 83.309/MS, 1.<sup>a</sup> Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 06/02/2004). *IV – No caso concreto, entretanto, a circunstância do crime ter sido cometido em decorrência de abuso sexual sofrido pelo paciente, no passado, pela vítima do homicídio, afasta, de plano, a apontada torpeza do motivo. Ordem parcialmente concedida.”* (HC 126.884/DF, Rel. Ministro *FELIX FISCHER*, Quinta Turma, j. 15.09.2009, DJe 16.11.2009.).

A Corte Superior, ainda, afirmou ser *“(…) da competência do conselho de sentença decidir se o paciente praticou o ilícito motivado por ciúme ou vingança, bem como se tais sentimentos, na análise do caso concreto, constituem o motivo torpe que qualifica o crime de homicídio. (...)”* (HC 104.097/RS, Rel. Ministro *JORGE MUSSI*, Quinta Turma, j. 13.08.2009, DJe 13.10.2009.).

Afinadas por esse diapasão, as decisões desta colenda Primeira Câmara Criminal (RSE 1.244.067-8 e 1.415.927-8 – Rel. Des. Macedo Pacheco; 1.262.446-7 e 1.387.346-0 – v.g., Rel. Des. Loyola; 1.299.015-9 e 1.150.428-6 e 1.299.015-9 – Rel. Des. Campos Marques) – dentre elas, algumas por nós relatadas (e.g., RSE 1.415.409-5 e 1.272.976-3).

**Portanto, atrelada à vingança, impõe-se analisar as circunstâncias que desencadearam a vindita do réu – e aí, se houver ou não torpeza, deliberar-se-á sobre a incidência da qualificadora. Assim, a torpeza não radicaria na vingança propriamente dita, mas na causa desta.**

E, como assevera o STJ, incumbiria ao Conselho de Sentença determinar a presença ou não da qualificadora do motivo torpe.

**Para o Tribunal, desde logo, expungir da pronúncia a qualificadora,**

**necessária prova cabal da sua inexistência ou manifesta inocorrência.**

Neste caso, à luz da moralidade média, não se poderá admitir que a motivação de JUAREZ foi abjeta ou imoral, repugnante, ignóbil. O gesto homicida merece repulsa, no seu tipo fundamental, sem se revestir de torpeza, que o qualificaria, exacerbando-lhe a pena.

De rigor, portanto, a exclusão da qualificadora do motivo torpe, em relação a ambos os delitos imputados ao ora recorrente.

[...]

Razão assiste ao recorrente.

Consta da decisão de pronúncia os seguintes termos (fl. 501 – grifo nosso):

[...]

Identicamente, **não há como arredar as qualificadoras previstas no artigo 121, parágrafo 2º, incisos I e IV, do Código Penal nesta fase do processo, pois elas não são manifestamente improcedentes (há elementos de convicção apontando que Agatha e Ronaldo foram alvejados por motivo torpe (vingança, eis que o réu e os corréus acreditavam que os ocupantes do veículo Ford/Ka tinham envolvimento com a morte de seus amigos) e de surpresa (as vítimas foram alvejadas pelas costas, enquanto desciam do veículo), pois diante de quaisquer dúvidas a seu respeito, a decisão deve ser atribuída aos juízes naturais do caso - os jurados integrantes do Conselho de Sentença -, sob pena de lhes ser subtraída a competência constitucionalmente assegurada.**

[...]

Com efeito, ao contrário do estabelecido no acórdão estadual, entendo ser defeso ao Tribunal, ao examinar recurso em sentido estrito contra a decisão de pronúncia, excluir qualificadoras, valorando provas e aspectos particulares do caso, **porquanto tal competência pertence ao Conselho de Sentença, juiz natural da causa, sob pena de se usurpar as atribuições singulares do Tribunal do Júri** (art. 5º, XXXVIII, da CF).

A propósito.

PENAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. TRIBUNAL DE ORIGEM. EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA PREVISTA NO ART. 121, § 2º, INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

- **É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que apenas excepcionalmente se admite a exclusão das qualificadoras da sentença de pronúncia, quando manifestamente improcedentes, uma vez que compete ao Tribunal do Júri a análise plena dos fatos da causa.**

- Ao concluir pela improcedência da qualificadora prevista no inciso IV do § 2º do art. 121 do Código Penal, a Corte de origem fez incursão no material cognitivo

produzido nos autos - analisando os depoimentos prestados em Juízo.

- Aferir se houve ou não o elemento surpresa no desenrolar dos fatos, que culminaram com a morte da vítima, é tarefa da competência exclusiva do Tribunal do Júri, juiz natural dos crimes dolosos contra a vida.

- Recurso especial provido para restabelecer a decisão de primeiro grau.

(REsp n. 930.023/DF, Ministra Marilza Maynard (Desembargadora convocada do TJ/SE) Sexta Turma, DJe 7/8/2014 – grifo nosso).

RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. QUALIFICADORAS. MOTIVO FÚTIL. ELEMENTOS PROBATÓRIOS MÍNIMOS. PERIGO COMUM. NÚMERO INDETERMINADO DE VÍTIMAS. RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DO OFENDIDO. EXCLUSÃO PELO TRIBUNAL. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JÚRI. CONCURSO FORMAL. COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. [...]

**4. Não se pode afastar uma qualificadora por mera opção hermenêutica do juiz, de modo que o julgador somente pode retirar da pronúncia a qualificadora que, objetivamente, inexistia, mas não a que, subjetivamente, julgar não existir. Em outros termos, não se pode subtrair da apreciação do Conselho de Sentença uma circunstância que, numa análise objetiva, mostra-se procedente, como no caso.**

[...]

(REsp n. 1.430.435/RS, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 30/3/2015 – grifo nosso).

Dessa forma, observa-se que o Tribunal *a quo* não justificou devidamente a exclusão da qualificadora, a qual não se reputa como manifestamente improcedente, devendo, no caso concreto, o Conselho de Sentença pronunciar-se sobre o caráter torpe ou não da conduta perpetrada pelo recorrido.

Neste sentido:

RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO TENTADO. **PRONÚNCIA. QUALIFICADORA. MOTIVO TORPE. AFASTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE SENTENÇA.**

1. A decisão de pronúncia encerra simples juízo de admissibilidade da acusação, exigindo a existência do crime e indícios de sua autoria, não se demandando aqueles requisitos de certeza necessários à prolação de um édito condenatório, sendo que as dúvidas, nessa fase processual, resolvem-se contra o réu e a favor da sociedade, conforme o mandamento contido no art. 413 do Código Processual Penal.

2. Em respeito ao princípio do juiz natural, somente é cabível a exclusão das qualificadoras na decisão de pronúncia quando manifestamente descabidas, porquanto a decisão acerca da sua caracterização ou não deve ficar a cargo do

Conselho de Sentença.

3. No caso, o **Tribunal de origem afastou a qualificadora do motivo torpe por entender que não bastava à exordial descrever briga anterior, mas deveria relatar as circunstâncias do suposto embate.**

4. Denúncia que narra suficientemente a torpeza do homicídio, consubstanciada na briga anterior envolvendo os denunciados e as vítimas, não se relevando despropositada a submissão da imputação ao Tribunal do Júri.

5. Não há necessidade da denúncia relatar em pormenores as razões, circunstâncias, meio de execução ou resultado da desavença anterior indicada à configuração do motivo torpe.

6. **Apresentado fato concreto, a verificação de ser ele razão abjeta ou não à prática do homicídio é matéria afeta ao Conselho de Sentença.**

7. Recurso provido.

(REsp n. 1.742.172/RS, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 1º/2/2019 – grifo nosso).

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. MOTIVO TORPE. VINGANÇA. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

1. Somente é cabível a exclusão das qualificadoras na decisão de pronúncia quando manifestamente improcedentes ou descabidas, sob pena de usurpação da competência do júri.

2. *Não se pode afastar uma qualificadora por mera opção hermenêutica, de modo que o julgador somente pode retirar da pronúncia a qualificadora que, objetivamente, inexistia, mas não a que, subjetivamente, julgar não existir. Em outros termos, não se pode subtrair da apreciação do Conselho de Sentença uma circunstância que, numa análise objetiva, mostra-se viável, ao menos em tese.* (REsp n. 1.547.658/RS, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 24/11/2015, DJe 7/12/2015).

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AgRg no AREsp n. 1.139.192/PR, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 11/5/2018 – grifo nosso).

Diante do exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao recurso especial para restabelecer a qualificadora prevista no art. 121, § 2º, I, do Código Penal, na decisão de pronúncia.

Publique-se.



# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator